



Jornal Notícias

01-04-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 110603

Temática: Justiça
Dimensão: 806
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/10

ADMINISTRADOR DE INSOLVÊNCIA LESA TRABALHADORES E BANCOS //P.10

VENDE FÁBRICA FALIDA E SACA 800 MIL EUROS

● **Levantou** todo o dinheiro em notas e enganou tribunal

Não tem bens em nome dele para confiscar

O MINISTÉRIO PÚBLICO de Vila Nova de Gaia ordenou ao Gabinete de Recuperação de Ativos da Polícia Judiciária uma investigação aprofundada à situação patrimonial de

Rui Ramos, a fim de proceder ao arresto dos seus bens eventualmente provenientes de crimes. Foram pedidas informações a bancos, consultadas fontes de informação relativas a imóveis e automóveis, mas a conclusão foi de que, além dos terrenos em nome da "Ovarcrasto", nada há mais no nome de Ramos que possa ser confiscado.

Gestor da falência vendeu fábrica em leilão e embolsou todo o dinheiro de trabalhadores e credores ● **Economista** já tinha desfalcado associação de mobiliário em meio milhão

ADMINISTRADOR DE INSOLVÊNCIA SACOU 800 MIL EUROS A EMPRESA

José Vinha e Nuno Miguel Maia
 policia@jn.pt

Todo o dinheiro da venda do prédio de uma fábrica de caldeiras declarada falida, em Vila Nova de Gaia, foi parar aos bolsos do respetivo administrador de insolvência, em vez de servir para pagar dívidas.

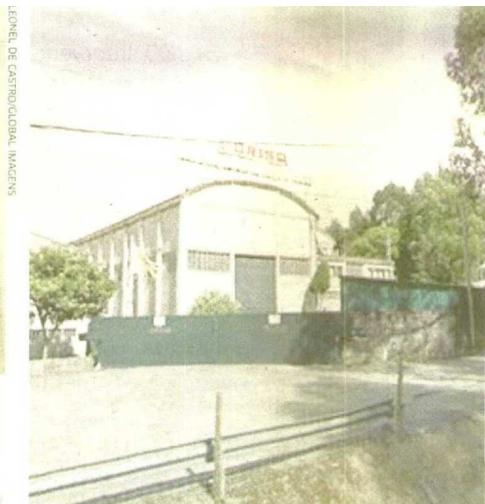
O responsável pelo golpe aos credores da "Morisa - Caldeiras e Equipamentos Industriais, SA" - entre os quais se incluem muitos trabalhadores - foi o economista e administrador de insolvência Rui Ramos, agora acusado pelo Ministério Público de Gaia por crime de peculato. O arguido, que também é técnico oficial de contas, está a cumprir pena de sete anos de prisão, na cadeia de Custóias, por outro crime de burla.

Em causa estão 800 mil euros pagos pela empresa "Tubogal" que apresentou a melhor proposta num leilão público realizado a 21 de novembro de 2011.

O dinheiro foi entregue ao gestor mediante cheques passados pela compradora, entre o dia do leilão e 13 de outubro de 2009. Os cheques foram sendo depositados numa conta da massa insolvente da "Morisa" e também em contas pessoais de Ramos e da respetiva mulher. Só que as ver-



Autoridades não conseguiram descobrir onde Rui Ramos gastou as verbas desviadas



Tubogal comprou a Morisa, mas o dinheiro desapareceu

HIPOTECOU TERRENOS PARA GARANTIR QUE PAGA

Em 2011, as autoridades tiveram a certeza do desaparecimento dos 800 mil euros pagos pela "Tubogal" pelo prédio que servia de instalações da "Morisa". Foi quando o Tribunal de Comércio de Gaia procedeu à nomeação de Costa Araújo como novo administrador de insolvência. A este gestor, Rui Ramos confessou que o dinheiro já não existia, mas prometeu que a massa falida não iria ficar prejudicada, pois iria vender dois ter-

renos localizados em Gondomar e detidos por uma sociedade, a "Ovarcrasto", agora com sede em Valongo, da qual é administrador. De seguida, Rui Ramos depositaria o dinheiro na conta devida. As datas de concretização do suposto negócio foram sendo adiadas até que o autor do desfalque hipotecou à massa falida os dois terrenos como garantia de pagamento. Até hoje continuam por vender. E os credores da Morisa nada receberam.

bas nunca foram colocadas à disposição dos credores. Em vez disso, foram sendo levadas aos balcões em número pelo próprio administrador de insolvência.

A Polícia Judiciária do Porto tentou descobrir o destino dos 800 mil euros, mas não conseguiu. O próprio Rui Ramos também nunca informou as autoridades o que fez do dinheiro destinado a pagar dívidas da empresa insolvente.

Desvio na APIMA

No Tribunal do Comércio de Gaia, o caso foi descoberto bastante tempo após o desvio e depois de o gestor ter tentado ludibriar o juiz, adiando consecutivamente prestar es-

clarecimentos sobre o paradeiro dos 800 mil euros. O magistrado participou o caso ao Ministério Público e passou de imediato a tentar recuperar o dinheiro, através da nomeação de outro administrador de insolvência (ler caixa).

Mas a apetência de Rui Ramos por dinheiro alheio já vinha de trás. É que enquanto diretor da Associação Portuguesa da Indústria do Mobiliário e Afins (APIMA), Rui Ramos apropriou-se de 504 mil euros, através de esquemas fraudulentos, e foi condenado, em 2011, por burla qualificada e falsificação nas Varas Criminais do Porto.

Um dos esquemas passou por cobrar dinheiro a uma em-

presa do Porto por uma ação de formação que nunca existiu. Nem a empresa terá sequer prestado serviços àquela associação. Os pagamentos foram feitos entre 2004 e 2006. As faturas eram arquivadas na contabilidade da APIMA como se fossem verdadeiras. Ramos está a cumprir sete anos de cadeia, mas tem agora de responder pelo desvio de mais 800 mil euros. ●

ACUSADO ESTÁ NA CADEIA DE CUSTÓIAS A CUMPRIR PENA DE SETE ANOS POR BURLA